Ler História

73 | 2018
Revisitar a Pneumónica de 1918-1919

O nacionalismo galego no contexto da Grande Guerra: "regaleguizar" e internacionalizar

Galician Nationalism in the Context of the Great War: Reinstate Galician Values and Internationalize

Le nationalisme galicien dans le contexte de la Grande Guerre : «regalicianiser» et internationaliser

Ramón Villares

Edição electrónica
URL: http://journals.openedition.org/lerhistoria/4382
ISSN: 2183-7791

Editora
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Edição impressa
Data de publição: 1 Dezembro 2018
Paginação: 217-240
ISSN: 0870-6182

Refêrencia eletrónica
Ramón Villares, « O nacionalismo galego no contexto da Grande Guerra: "regaleguizar" e internacionalizar », *Ler História* [Online], 73 | 2018, posto online no dia 28 dezembro 2018, consultado no dia 28 dezembro 2018. URL : http://journals.openedition.org/lerhistoria/4382

Ler História está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

Ler História | 73 | 2018 | pp. 217-240

O NACIONALISMO GALEGO NO CONTEXTO DA GRANDE GUERRA: "REGALEGUIZAR" E INTERNACIONALIZAR

Ramón Villares

Universidade de Santiago de Compostela, Espanha
ramon.villares@usc.es

O artigo analisa o aparecimento das *Irmandades da Fala*, entre 1916 e 1923, como a primeira organização do moderno nacionalismo galego, num contexto ibérico e europeu. Os seus objetivos eram "regaleguizar" a Galiza e construir um projeto de "autonomia integral" para a Galiza, de modo semelhante aos projetos nacionais subestatais da Catalunha e do País Basco. Além disso, as *Irmandades* tentaram colocar a questão nacional galega numa dimensão internacional, estabelecendo ligações com Portugal e com a Irlanda, que era, na altura, o espelho das nacionalidades europeias.

Palavras-chave: Irmandades da Fala, nacionalismo, agrarismo, Galiza, Portugal, Irlanda.

Abstract (EN) at the end of the article. Résumé (FR) en fin d'article.

As *Irmandades da Fala* (IF), fundadas na cidade da Corunha em Maio de 1916, são o ponto de partida do moderno nacionalismo político da Galiza contemporânea. Vinculadas explicitamente à reivindicação da língua galega no plano cultural e à procura de uma "autonomia integral" no plano político, a sua evolução ideológica e política foi-se afastando dos pressupostos regionalistas para ir em direcção ao nacionalismo, definição que as próprias IF adoptam na sua primeira assembleia política, celebrada em Lugo em Novembro de 1918. As IF foram o princípio de um novo movimento político na Galiza que, de forma gradual, se foi equiparando a iniciativas análogas, ainda que anteriores no tempo, desenvolvidas na Catalunha e no País Basco (Euskadi), que foram uma resposta aos desafios lançados pela crise de 1898, ao grande debate sobre a regeneração de Espanha e, naturalmente, às repercussões que teve a Grande Guerra europeia, a partir de Agosto de 1914. As IF galegas fazem parte deste contexto histórico, conquanto a sua criação tenha sido relativamente tardia e só se possa considerar circunstancial o facto de coincidirem no tempo com um dos acontecimentos mais

Tradução a partir do galego: Pedro Cerejo

importantes daquela altura, que foi o levantamento irlandês (*Easter Rising*) da Páscoa de 1916.

A fundação das IF pode ser entendida, portanto, mais como um fenómeno epocal interno do que como um acontecimento directamente relacionado com o surgimento de organizações europeias de "nacionalidades" ou de "minorias nacionais", antes e depois de 1914. Além disso, as IF devem ser entendidas como uma ruptura geracional, na medida em que acedem à vida pública novas camadas sociais, mesocráticas e urbanas, que tratam de ajustar contas com os seus predecessores, ajuste bem resumido na metáfora de Antón Villar Ponte sobre as "verbas vivas" (e.g. nacionalismo) como antídoto frente às "verbas mortas" (e.g. regionalismo "sano y bien entendido"), que parecem ecos longínquos de um darwinismo *fin-de-siècle* aplicado, neste caso, à transição do regionalismo para o nacionalismo cultural e político que as IF protagonizaram nos seus primeiros anos de vida.

O objectivo deste artigo é analisar o nascimento e os primeiros passos das IF, entre 1916 e 1923, como expressão galega de um processo que tem explicações endógenas, mas que também faz parte de uma tendência muito mais ampla, de dimensão peninsular e mesmo europeia, na qual se encontram alguns referentes decisivos para entender o aparecimento do nacionalismo galego. O contexto galego no qual são criadas as IF galegas é marcado por vários elementos. Em primeiro lugar, pelas mudanças estruturais que se produzem no campo e no mar, isto é, a modernização da agricultura e o surgimento de uma autêntica "revolução industrial" nas actividades marítimas, de expansão da pesca, de criação de um sector manufactureiro liderado pela indústria de conservas e pelos efeito de arrastamento que estas actividades têm na construção naval e em outras indústrias conexas (Carmona-Nadal 2005). Em segundo lugar, pela forte mobilização social representada pelo "agrarismo" da *Acción Gallega* de Basilio Alvarez e por um programa de reformismo técnico do mundo rural elaborado pelas *Asambleas agrarias* de Monforte, reunidas nos anos de 1908, 1910 e 1911, nas quais um grupo de especialistas (engenheiros agrónomos, veterinários e publicistas) tratou de dar resposta a exigências seculares do campesinato galego, como a eliminação das velhas formas de cedência da terra ("foros") e, sobretudo, o fomento de um amplo processo de individualismo agrário, através do acesso maciço dos camponeses à propriedade plena da terra e da incorporação da pequena exploração camponesa no mercado (Villares 1982; Cabo 1998). E, em terceiro lugar, pela existência de uma forte corrente migratória, essencialmente com destino às repúblicas americanas, que transformou radicalmente a sociedade rural galega, tanto pelo êxodo produzido como pelos efeitos de retorno, por via de remessas "visíveis" de

capitais e remessas de natureza "invisível", de carácter cultural, político e simbólico, que mudaram definitivamente a sociedade galega no primeiro terço do século passado (Núñez Seixas 1998; Vázquez 2015).

Neste quadro, ao mesmo tempo, tiveram uma influência decisiva alguns acontecimentos ou ecos exteriores que permitem entender tanto o surgimento das IF como o processo prévio através do qual teve lugar a tomada de consciência por parte de uma elite cultural e política galega que leva à fundação deste movimento. A reflexão regeneracionista quanto aos limites do sistema político espanhol e à necessidade da sua reforma, depois da crise de 1898, suscitou novas alternativas políticas, definidas inicialmente como "regionalistas". O regionalismo catalão aparece como tal a partir de 1901 e algumas das suas estratégias, como a aliança com diversas forças políticas (desde os republicanos até aos carlistas), permitem abrir as primeiras fendas no sistema da Restauração a partir das eleições de 1905 e 1907 (Riquer 2001, 185 ss). Este exemplo de "nova política" fora do "turnismo" foi um estímulo para as IF galegas e os seus primeiros passos organizativos, quando tentaram estabelecer alianças com o nacionalismo catalão representado por Francesc Cambó. Por outro lado, o conflito bélico iniciado em Agosto de 1914 teve uma influência decisiva nas políticas nacionais europeias, como mostra o exemplo da Irlanda mas também a proliferação de movimentos nacionais em muitas pequenas pátrias europeias. A expressão mais adequada desta emergência do nacionalismo seriam as propostas do presidente americano W. Wilson de convergência entre realidades linguísticas e a criação de novos estados-nação.

A evolução da guerra mundial e a preparação dos tratados de paz criaram muitas expectativas quanto a uma era histórica na qual as novas nações substituiriam os velhos impérios. Além disso, as políticas nacionais da revolução soviética reforçaram a ideia de que a revolução social e a identidade nacional seriam compatíveis, o que foi aparentemente respeitado na denominação da URSS como uma união de repúblicas soviéticas. Tudo parecia anunciar, desde as posições teóricas de Wilson às de Lenine, que se abria um novo horizonte para a questão nacional no imediato pós-guerra, o que acabaria por ser mais problemático do que o esperado (Núñez Seixas 2001). A euforia de finais de 1918 deu claramente alento aos dirigentes das IF galegas, que reforçaram a sua definição nacionalista como uma estratégia não só para fazer frente à crise do estado na Espanha de Alfonso XIII, mas também para evitar as consequências sociais da revolução bolchevique. Além disso, este contexto favoreceu as alianças externas ou, pelo menos, os espelhos nos quais se poderia olhar: Irlanda e Portugal, de forma preferencial. Estes dois espelhos permitem analisar de forma comparada os grandes desafios

das IF galegas: modelo organizativo e tensão entre prioridades estratégicas (nacionalismo cultural ou nacionalismo político) e, além disso, confrontar os resultados das primeiras Irmandades com o diagnóstico de um dos seus principais teóricos e dirigentes (Risco 1930) sobre os bloqueios de que, no entender do escritor de Ourense, padeciam os dois partidos políticos, o Agrário e o Nacionalista, e com o que Risco sonhava naquela época.

1. O manifesto fundador

As IF surgem como um movimento especificamente cultural que, no plano político, se define como regionalista. A organização e capacidade mobilizadora do regionalismo galego tinha sido assaz notável na última década do século XIX, sob a liderança de Manuel Murguía e de Alfredo Brañas, que conseguiram colocar a Galiza no contexto da *España regional* e promover símbolos ou *lieux de mémoire* (Panteão de Galegos Ilustres, monumento aos mártires de Carral, Academia Galega), além de contarem com a poderosa ajuda das colectividades da emigração galega na América (Máiz 1984; Villares 2017). No entanto, a invocação do regionalismo não era uma garantia de continuidade organizativa para as IF, porque, ao contrário do que sucedeu no País Basco e, principalmente, na Catalunha, o regionalismo galego não foi capaz de evoluir para o nacionalismo político na sequência do profundo impacto político que a derrota colonial de 1898 teve em Espanha, apesar de se terem tentado fórmulas como a da *Solidaridad Gallega* (1907) claramente influenciada pela experiência da *Solidaritat Catalana*, mas com resultados políticos muito mais fracos (Cabo 2006). O surgimento das IF é, portanto, um processo algo diferente do que tinha acontecido no conjunto dos regionalismos peninsulares, tanto por ter lugar de forma tardia como pela ausência na Galiza de organizações políticas capazes de liderar processos de mobilização de carácter regionalista face ao sistema político da Espanha da Restauração, "oligárquico e cacical", segundo as palavras de Joaquín Costa.

As IF nascem num tempo e num contexto verdadeiramente singular. Nascem numa Espanha "neutral" em relação ao conflito bélico europeu, com influências ideológicas e políticas procedentes do regeneracionismo de Costa e do catolicismo social, mas também da experiência interna da *Solidaridad Gallega* e das *Asambleas Agrarias* de Monforte. Da primeira herdam o nome do seu jornal, *A Nosa Terra*, fundado pelos "solidários" da cidade da Corunha em 1907; e, das segundas, um programa de reforma técnica do sector rural galego e a experiência de vários líderes, entre os quais se salienta Rodrigo Sanz, verdadeiro mentor daquelas assembleias,

que estava bem relacionado politicamente com o regionalismo catalão de F. Cambó. A esta tradição regionalista e "solidária", agrarista e vagamente federal republicana, haveria que acrescentar o impulso dado por um núcleo de galegos residentes em Madrid e, naturalmente, a força social da emigração americana. Quem exaltou esta variedade de influências foi o jornalista Antón Villar Ponte, com a publicação do seu folheto *Nacionalismo gallego. Nuestra afirmación regional*, difundido em Abril de 1916 e que está na base da primeira reunião de uma Irmandade da Fala, um mês mais tarde, nas instalações da Real Academia Galega, na cidade da Corunha.

O surgimento das IF está também relacionado com movimentos criados fora da Galiza que acabaram, de forma mais ou menos casual, por fecundar o processo galego. Um exemplo evidente era a Irmandade Republicana Irlandesa (*Irish Republican Brotherhood*), que conseguiu uma importante mobilização social e cultural na época "pré-revolucionária", especialmente por via da sua infiltração na Liga Gaélica (*Gaelic League*) (Foster 2014, 90; Paseta 1999, 149). Uma observação posterior de Risco, nos primeiros números da revista *Nós* que se ocupam da questão irlandesa, vem confirmar este paralelismo, quando diz que "A Liga Gaélica formou-se na Irlanda muito antes [1893], com a mesma finalidade que as nossas Irmandades da Fala".[1] A ideia de irmandade seria mais forte do que a de fraternidade "franciscana", mas também do que a de partido ou de movimento político. Porque tinha algo de apostolado social que se ligava a uma concepção católica do mundo, e porque a irmandade permitia reforçar a solidariedade dos seus membros através de laços mais fortes do que as ideias (Agra-Mariño, 2017). A definição ulterior das IF por parte do grupo de Ourense *Nós*, de tradição orientalista e neosófica, insistirá claramente nestes traços ideológicos e organizativos nos quais um certo secretismo e ocultismo seriam práticas habituais, como fica patente no diálogo epistolar entre Vicente Risco e Losada Diéguez (Ventura 2010, 110).

2. Programa e organização

A Irmandade da Fala fundada na Corunha teve de imediato réplicas noutras cidades e vilas galegas, até superar o número de vinte núcleos, desde Compostela até Monforte, Vilalba, Betanzos, Ferrol, Viveiro, A Estrada ou Pontevedra. A maior implantação territorial das IF coincide em grande medida com os núcleos da anterior *Solidaridad Gallega*, mais fortes nas

1 *Nós*, nº 8, 1921, p. 20.

províncias setentrionais que meridionais da Galiza. A constituição destas Irmandades locais foi resultado de sucessivas campanhas de imprensa e também de digressões ou visitas a cada localidade por parte dos "irmandiños" corunheses que, tal como numa "missão" religiosa, transmitiam a boa nova a grupos mesocráticos locais. Na realidade, as IF representam de forma cabal a prática comum dos partidos nacionalistas daquela altura em Espanha: ser mais um movimento do que um partido, permitir uma militância "solta" aos seus membros, defender uma direcção colegial do movimento, o que, no seu conjunto, supunha manter uma actuação descentralizada e um predomínio da "filiação indirecta", quer de personalidades individuais quer de entidades culturais que, no âmbito local, eram as melhores porta-vozes do ideário das Irmandades. Como defendeu V. Risco em mais de uma ocasião, tinha mais valor um "irmandiño" individual (fosse o poeta Cabanillas ou o "xenial artista" Castelao) que todo um grupo local, porque o triunfo do galeguismo dependeria mais "de uma novela notável escrita em galego" do que de "todos os progressos materiais".[2]

Durante os dois primeiros anos de existência, a rápida e sucessiva criação de círculos locais foi acompanhada de duas tensões que se resolveram parcialmente na primeira assembleia das IF, realizada em Lugo em Novembro de 1918. A primeira tensão tem que ver com o modelo organizativo dos "irmandiños" e com a necessidade de forjar uma estratégia conjunta e um programa comum. O grau de filiação dos integrantes das IF era baixo e, sobretudo, muito desigual. A IF da cidade da Corunha chegou a ter centenas de militantes enquanto outros círculos locais não passavam da meia dúzia. Um Vicente Risco pessimista reconhece no final de 1918 que, na cidade de Ourense, a Irmandade da Fala não tem mais do que três militantes e que, no decurso de uma visita a Santiago de Compostela, "não encontrei nenhum que me levasse à Irmandade" (Ventura 2010, 13 e 25). À margem destas impressões negativas, o certo é que as IF tinham desde o início a vontade de ser um movimento e não um partido político, dado o pouco crédito que os partidos tinham na vida política daquela época. Um dos dirigentes mais sólidos daquela primeira fase das IF, Lois Porteiro Garea, afirma no Verão de 1916 que "não formamos um partido", porque este novo movimento não tem a intenção de "formar politicadas" nem de se "corromper andando aos votos e jogando a ímpia comédia dos deputados" (Seixas Seoane 2016, 36). A procura de votos foi tentada nas eleições parlamentares de Fevereiro de 1918, com a apresentação de candidatos em quatro distritos, não tendo nenhum deles sido eleito, apesar do apoio e orientação estratégica que lhes

2 *A Nosa Terra*, 10.7.1918, p. 2.

prestou o catalanista Francesc Cambó para organizar a campanha eleitoral e de disporem de um meio de comunicação como o jornal corunhês *El Orzán* (Beramendi 2007, 452 ss).

O fracasso eleitoral das IF acelerou a necessidade de as dotar de uma melhor estrutura organizativa e de definir, ao mesmo tempo, um programa ideológico e político. O impulso organizativo foi obra do principal director da IF da cidade da Corunha, Lois Peña Novo, que elaborou um regulamento que mudava os objectivos do movimento (incluindo a autonomia política da Galiza) e abria caminho a uma acção coordenada das IF. A tradução prática desta iniciativa seria a primeira assembleia política das IF, realizada na cidade de Lugo a 17 e 18 de Novembro de 1918, na qual se reuniram 60 pessoas que representavam 16 organizações locais e que mudou de vez o perfil político das IF (Beramendi 2007, 464 ss). As mudanças produzidas na assembleia de Lugo foram de carácter organizativo e político. No plano organizativo, a reunião de Lugo inaugurou uma série de assembleias que, com periodicidade anual (Santiago, Vigo, Monforte), se realizaram até Fevereiro de 1922, quando se dá uma cisão do movimento e uma tentativa, comandada por Risco, de criar uma estrutura mais centralizada, através da *Irmandade Nazonalista Galega*, da qual seria eleito "Conselleiro Supremo". A segunda consequência foi de carácter ideológico e político, ao se declarar publicamente e de forma solene, que "nos nomeámos, de hoje para sempre, *nazonalistas* galegos". Era o final de um período de dois anos de incerteza entre serem regionalistas ou definirem-se como nacionalistas.

A militância solta que caracterizava as IF não ajudava a que o número de integrantes dos diversos grupos locais fosse elevado. Na assembleia nacionalista de Monforte (1922), segundo os cálculos de V. Risco, deveriam estar representados cerca de 600 militantes, dado que se calculava que o grupo da Corunha, que tinha 300, corresponderia a metade de todo o movimento "irmandiño". Em termos comparativos internacionais, a militância *irmandiña* era realmente baixa, pois a *Gaelic League*, em 1908, chegou a ter perto de 47 000 membros (Allegue 2017, 363), ainda que a população total da Irlanda em 1911 fosse apenas o dobro da da Galiza. O perfil sociológico das IF, com dados conhecidos de 433 militantes no período 1918-1924, revela que os sectores mais relevantes são os "profissionais liberais", como advogados, médicos e técnicos (25,6%), os "proprietários e empresários/comerciantes" (23,1%) e os trabalhadores de actividades intelectuais (professores, escritores e escritores/jornalistas) com 22,6%. Estes três sectores somavam mais de 70% do total, o que explica a baixa militância de pessoas provenientes das "classes populares" mas também da igreja, do exército ou da administração civil. Em conjunto, é evidente que a base sociológica das

IF tem um "claro predomínio de profissionais liberais e intelectuais", de onde provêm quase todos os seus dirigentes (Beramendi 2007, 698 ss). Em organizações análogas, como a irlandesa *Gaelic League*, segundo análises de T. McMahon, a composição sociológica dos seus líderes seria ainda mais mesocrática: 47,2% de profissionais liberais e 44,6% de funcionários, trabalhadores do comércio e artesãos (Allegue 2017, 364).

A educação formal da elite das IF era geralmente de nível universitário (Direito, Medicina, Letras, Magistério), com estadias em centros fora da província (Madrid, Deusto), tal como acontecia com frequência no caso irlandês, em que muitos dirigentes da geração revolucionária se formaram em Inglaterra ou em França. No entanto, e ao contrário do exemplo irlandês, em que foi essencial o papel desempenhado pelas escolas católicas dos *Christians Brothers* e por centros de ensino superior como o *University College* de Dublin – um microcosmos de sentimento político na Irlanda –, onde se formaram dezenas de membros da geração revolucionária (Pasetta 1999, 53 ss; Foster 2015, 31 ss), na Galiza nem os estudos secundários nem tão-pouco os universitários adoptaram um compromisso com a cultura e a língua galegas, dado o distanciamento da igreja católica em relação ao movimento regionalista e às Irmandades. De modo parcial, este défice formativo das elites das IF foi compensado por uma educação "informal" adquirida no jornalismo e, sobretudo, na emigração americana em Cuba e na Argentina. Em suma, foi o resultado de uma educação formal superior e da informal própria de "autodidactas, com formação adquirida nas lutas agrárias, sociais e nas aventuras da emigração" (R. Villar Ponte 1977, 27).

A base social dos militantes e dirigentes das IF galegas não era, pois, muito diferente da de outros movimentos nacionalistas daquela época, com um claro predomínio das classes médias, que era a expressão de uma mobilidade social ascendente e de nível cultural elevado. "A república dos poetas" é o título de um dos artigos sobre a Irlanda publicados no jornal *El Sol* por Ricardo Baeza, o qual observa que nos primeiros lugares da luta política dos *sinnfeiners* se encontram poetas, dramaturgos, escritores e historiadores como Griffith, Rusell, Childers, FitzGerald ou Green, para não mencionar "companheiros de viagem" como o insigne poeta W. B. Yeats (Baeza 2010, 113 ss). Em algo semelhante devia pensar o romancista galego Otero Pedrayo, quando sonhava com um perfil de "poeta e lutador feniano" – e não de advogado – para o protagonista do romance *O Estudante* (terceira parte do romance *Os Camiños da Vida*, 1928), numa viagem ocasional às terras irlandesas a partir de Paris.

O programa das IF sofre uma considerável transformação a partir da realização da assembleia política de Lugo, na qual se aprova formalmente a

transição do regionalismo para o nacionalismo político, o que acabaria por ser definido por V. Risco num "decálogo nazonalista", publicado com diversos formatos e títulos no jornal *A Nosa Terra* (Ventura 2010, 105). Tomando como ponto de partida este decálogo, além de outros textos doutrinários coetâneos, podemos agrupar em três capítulos os conteúdos programáticos das IF. O primeiro consiste na *regaleguiza*ção da Galiza, entendida num sentido análogo ao que fizeram os nacionalistas irlandeses, ainda que modulando a intensidade do processo. No caso galego, a proposta central foi a recuperação do idioma galego como expressão de um empreendimento "palingenésico, redentor", como diria anos mais tarde Ramón Villar Ponte. Esta recuperação da "fala" deveria ser acompanhada de um programa de reconstrução da cultura galega no seu conjunto, pensada e expressada basicamente na própria língua e através dos mais diversos registos: cultura literária, comunicação social, teatro, música coral e, naturalmente, no âmbito institucional e político.

O objectivo final, também análogo ao processo irlandês, era "descastelhanizar" a Galiza e, portanto, "galeguizar" a Galiza. Assim como se procurava construir uma "Irlanda irlandesa" através de uma enérgica "*de-Anglicization*" – na qual "ser irlandês significava não ser inglês" (Pasetta 1999, 120) –, o projecto global das IF era alcançar um monolinguismo galego que, na realidade, só foi praticado entre os próprios militantes e simpatizantes das Irmandades. De facto, no mencionado Decálogo, a questão linguística só está presente num dos dez mandamentos (o terceiro), no qual se advoga por uma "cooficialização dos idiomas galego e castelhano", ideia que continuará em vigor até ao período do Partido Galeguista da II República. Contudo, o programa cultural das IF foi para lá da própria questão linguística, pois foi acompanhado pela fixação de um repertório simbólico de carácter nacional galego. Para tal fim contribuíram iniciativas como a fixação do 25 de Julho, festa do apóstolo Santiago, como Dia Nacional da Galiza, a mitificação da figura histórico-lendária do "mariscal" Pardo de Cela, capturado em 1483 pelas tropas de Castela na sua torre da Frouseira, ou a ressignificação de monumentos como o dedicado pelos regionalistas aos "mártires de Carral", militares liberais que acabam convertidos em heróis das liberdades galegas, formando entre si como que uma nova "Via láctea", a "via roxa que vai do Medulio á Frouseira e da Frouseira a Carral", na bela metáfora de A. Villar Ponte.[3]

Um segundo bloco programático é constituído pelo objectivo de conseguir para a Galiza um estatuto de autonomia política, qualificada como "integral", no quadro dos debates que se realizavam em Espanha nas primeiras décadas

3 *A Nosa Terra*, 10.5.1917.

do século XX. Este é o primeiro ponto do Decálogo que, ademais, se reforça com outras reivindicações como a "autonomia municipal" e a "igualdade de direitos civis e políticos" para homens e mulheres. O programa político das IF tinha, pois, dois pilares a sustentá-lo: converter a Galiza num sujeito político mediante a consecução de um regime de autonomia integral e, em segundo lugar, superar as limitações do liberalismo oligárquico do regime da Restauração, com um combate ao clientelismo político e uma regeneração da vida política no caminho orteguiano da "nova política". Todavia, os resultados políticos obtidos pelas IF durante esta fase inicial, de 1916 a 1923, foram relativamente pobres. A participação na vida política reduziu-se a simbólicas presenças no âmbito municipal, pois as tentativas de aceder à vida parlamentar do Congresso dos Deputados foram bloqueadas de forma sistemática até ao tempo da II República. Os propósitos de regeneração política do sistema, especialmente no combate ao clientelismo, foram adiados perante a resistência empedernida da estrutura política da Galiza, sendo que entre 1876 e 1923 apenas um deputado, entre 945 eleitos, não pertenceu a um dos dois partidos "dinásticos" (Villares 2005, 211).

O terceiro bloco do programa das IF era sem dúvida o que tinha um maior grau de elaboração, porque provinha da corrente *Solidaridad Gallega*, dos debates das *Asambleas agrarias* de Monforte e do grupo da revista *Estudios Gallegos*. Refiro-me à política alfandegária ou, dito de outra forma, à defesa do livre-cambismo face ao proteccionismo característico da política económica de carácter nacionalista que vigorou em Espanha a partir de 1891 (Serrano, 1987). Em lugar de um programa para dar solução ao regime foraleiro e caminhar em direcção à "proprietarização" do campesinato (que era a bandeira do agrarismo de Basilio Alvarez), as IF adoptaram uma adesão entusiástica ao ideário livre-cambista, o que, a determinada altura, provocaria um forte desacordo com Francesc Cambó (ministro de vários governos de Espanha). O livre-cambismo das IF, defendido por vários técnicos e reformistas agrários, insistia especialmente na "livre importação do milho" como uma medida necessária não só para o consumo alimentar da população rural como para a alimentação animal, o que permitiria tornar competitivo o sector agropecuário da Galiza na sua estratégia de exportação de reses de gado vacum para as principais praças de consumo de carne de Espanha. Os argumentos livre-cambistas do nacionalismo galego foram bem sintetizados na segunda *Asamblea agraria* de Monforte (1910), de acordo com o resumo feito anos mais tarde por Rodrigo Sanz: "Na Galiza falta trigo e milho (...), os homens e o gado precisam de muito mais milho do que aquele que nós produzimos".[4]

4 *Estudios Gallegos*, nº 2, 1915.

Esta reivindicação de livre-cambismo alfandegário não teve sucesso político e institucional, tanto pela firmeza proteccionista da política económica espanhola como pelas contradições que acarretava esta reivindicação de liberdade aduaneira para uma economia agropecuária que se estava a inserir no mercado interno espanhol, para o qual vendia milhares de toneladas de carne (Villares 1982). Mas tratava-se de uma reivindicação que encaixava na perfeição no ideário nacionalista e só alguns técnicos coetâneos, como Cruz Gallastegui, director da Missão Biológica da Galiza, previram ou denunciaram o que consideravam ser uma clara contradição, dado que era a agricultura espanhola e não a galega a mais deficitária na produção de milho: "Os espanhóis obrigam-nos a falar e a Galiza fala, e pede milho para que se beneficiem outras regiões" (Gallastegui 1931). O argumento mais adequado foi dado, num texto técnico, pelo economista do Banco de Espanha A. Flores de Lemus, para quem não seria congruente comprar ração para o gado a preços do mercado exterior, como fazia a agricultura da Suíça, Holanda ou Dinamarca (que eram o espelho no qual se olhavam os técnicos agronómicos galegos), "para vender os seus produtos no mercado interno com a margem adicional da proteção alfandegária"; ao que se poderia acrescentar que a importação de milho esteve "liberalizada" até 1926 (Flores de Lemus 1926; Jiménez Blanco 1986, 255).

3. Internacionalizar o nacionalismo galego

As Irmandades nascem com uma "visão internacionalista", no sentido de procurar alianças com movimentos políticos e culturais que se podiam considerar análogos ou próximos aos da Galiza. Esta conexão com o exterior foi pensada basicamente em três direcções: nas relações dentro do estado espanhol com os bascos, e sobretudo os cataláes, como uma continuidade da época da revista *España Regional*; em segundo lugar, construindo com Portugal um "referente de reintegração" cultural que, aliás, servisse de intermediação para entrar em alguns circuitos culturais europeus, nomeadamente franceses; e, em terceiro lugar, ligando-se ao exemplo mais emblemático de luta nacional daquela época, que era a Irlanda. Apesar de os dirigentes das IF estarem plenamente conscientes de que precisavam de apoios e relações externas que reforçassem a sua acção interna, em especial para definirem melhor a sua estratégia política, os resultados alcançados foram escassos, tanto dentro da Península Ibérica como nas possíveis relações com a Irlanda ou na incorporação em plataformas europeias como a *Union des Nationalités* ou em organizações pró-Liga das Na*ções*, como as catalás *Amics d'Europa* ou a revista *Messidor*.

O atraso com que nasceram as IF impediu claramente que a questão nacional galega se juntasse à euforia wilsoniana de 1918. Um ponto essencial foi a ausência de estratégia específica em relação à guerra europeia, sobre a qual apenas se encontram umas poucas menções breves nos textos e nos jornais de orientação "irmandiña", e também em relação à Liga das Nações, à qual um ou outro município galego endereça uma saudação, mas sem que se pense sequer em enviar uma delegação à reunião de Paris. Um contraste enorme com o que sucedia no caso da Catalunha, que tinha enviado para a frente de guerra um pequeno corpo de voluntários e que recebeu como herói o marechal francês Jofre, natural do Rossilhão (Nuñez-Seixas 2010, 64 ss). A discussão deste problema não foi abertamente levantada pelas IF antes da assembleia realizada em Lugo, que abriu uma porta de "pangaleguismo" para Portugal, a qual seria depois alargada a outros parceiros em assembleias posteriores. Como temas indispensáveis a tratar, V. Risco propunha vários pontos que deveriam ser discutidos na terceira assembleia das IF, que se iria realizar em Vigo (Fevereiro de 1921): "Atitude face à Irlanda", "Relações com Portugal", "Relações com Vasconia e Catalunha" (Ventura 2010, 80). Este elenco temático permite examinar estas relações de forma a calibrar o grau de internacionalização do nacionalismo galego até 1923.

As primeiras relações externas que as IF vão estabelecer, na etapa de orientação claramente regionalista, foram com o regionalismo catalão, à época liderado por Francesc Cambó. Eram relações pensadas no âmbito de uma estratégia política doméstica de combate ao sistema da Restauração, na qual o líder catalão estava especialmente empenhado já desde a formulação do projecto da *Espanya Gran* (1916) e desde a profunda crise política de 1917. Mas estas relações com o regionalismo de Cambó passaram em pouco tempo da euforia à desilusão. Certamente, existia na Galiza uma forte corrente de simpatia para com a Catalunha, patente desde os tempos do regionalismo finissecular. Esta ligação catalã foi retomada a partir do momento fundacional das IF, quando estas ainda se debatiam entre posições regionalistas e nacionalistas. No ano de 1917, as IF estabelecem contacto com a *Lliga* de Cambó, o que dá origem a uma viagem de dirigentes galegos a Barcelona em Novembro de 1917, como resposta a uma visita anterior de Cambó à Galiza. O ponto culminante daquela relação aconteceu aquando das eleições de Fevereiro de 1918, nas quais Cambó sonhava em ser "Presidente do Conselho com umas Cortes dependentes" e com mais de 150 deputados de sensibilidade regionalista, mas esse sonho de quebrar a estrutura política da Restauração acabou num completo fracasso, despois de não obter mais do que 25 deputados, não sendo nenhum deles proveniente da Galiza (Riquer 2013, 93 ss). A partir desse momento, o nacionalismo galego deixou de ter

interlocução com a *Lliga* e com Cambó, sem que estes fossem substituídos de imediato por outros parceiros, como a *Acció Catalana*, até que em Setembro de 1923 é organizada de modo efémero a "Triple Alianza", que precedeu o pacto Galeuzca de 1933 (Estévez 1991). O fracasso eleitoral de 1918 deixou um panorama de terra queimada. A entrada de Cambó em diversos governos da monarquia (1918 e 1921) acelerou a oposição às leis de protecção alfandegária que o ministro catalão promoveu, o que deu origem a uma campanha de desprestígio de Cambó, que passou a ter uma imagem negativa entre os nacionalistas galegos, como, aliás, também aconteceu no campo nacionalista catalão (Ucelay 2006, 87).

Mais relevantes foram as relações tecidas pelos nacionalistas galegos com Portugal, que se consubstanciaram em dois planos diferentes. O primeiro plano, mais claramente político, consistiu na conversão de Portugal num referente positivo de reintegração, fundado na irmandade cultural e linguística e também na oportunidade que o regime republicano português abria para uma futura república federal ibérica. Villar Ponte, que defendia tanto o "pangaleguismo" como um "iberismo integral", expressou-o numa das conclusões mais conhecidas da assembleia de Lugo: "Galiza tem de considerar Portugal, pois ele é axiomático, como o baluarte da sua independência espiritual" (A. Villar Ponte 1971, 211). Este apelo a Portugal, que permitia servir de contraponto ao referente negativo que era Castela, foi uma das correntes mais sólidas do nacionalismo galego contemporâneo, encontrando na obra de A. R. Castelao *Sempre en Galiza* (1944) a expressão mais acabada, ao considerar Portugal como exemplo do que poderia ter sido a própria Galiza.

Nesta aposta lusitanista, de cariz republicano e federal, foi muito activo o grupo corunhês das Irmandades, por via da obra jornalística e ensaística de A. Villar Ponte ou de X. V. Viqueira, que defenderam também uma aproximação, mesmo ortográfica, da língua galega à portuguesa. Mesmo um intelectual algo distante das IF como E. Luis-André defendia a validez da língua galega por ser um idioma universal: "Não pode morrer uma língua que é utilizada por trinta milhões de pessoas".[5] Nas páginas do jornal *A Nosa Terra* são muito frequentes as notícias e alusões à cultura e à política portuguesas, e alguns políticos, como o ministro Leonardo Coimbra, fizeram uma visita à Galiza a convite da Irmandade corunhesa. Em todo o caso, esta aproximação a Portugal teve poucos ecos no país vizinho, onde não se chegou a criar nenhum movimento de carácter irredentista que reclamasse

5 *A Nosa Terra*, 25.01.1917.

uma união política galaico-portuguesa, a não ser em poemas como "A Galiza. A modo de velho cantar", do poeta A. Lopes Vieira: "Deixa Castela e vem a nós", de que se fez eco o jornal das IF.[6]

O reintegracionismo cultural é o segundo plano de relação com Portugal, desenvolvido de forma prioritária pelo grupo *Nós* e, nomeadamente, por Vicente Risco, que confessa em 1921 a Pascoaes que "tenho plenos poderes da Assembleia das Irmandades [realizada em Vigo] para me entender com os nossos amigos de Portugal" (Cameirao 2010, 465). Esta relação consubstanciou-se no forjar de uma aliança cultural com autores e revistas portuguesas que permitissem uma presença da cultura literária galega não só em Portugal como também, por seu intermédio, em publicações francesas. O principal interlocutor português foi o poeta Teixeira de Pascoaes – director da revista *A Águia* e líder do grupo intelectual A Renascença Portuguesa (1911) – a quem Risco saudava como "confrade e amigo" no seu epistolário cruzado. Graças a esta relação, estabeleceu-se uma colaboração regular de autores galegos em revistas portuguesas, e vice-versa, contribuindo o próprio Pascoaes com um texto poético publicado no primeiro número da revista *Nós*. Mas o mais importante foi a relação com o crítico literário francês Philéas Lebesgue, colaborador habitual da revista *Mercure de France*, na qual de forma regular foi dando notícia da cultura galega na secção *Lettres portugaises*, desde 1920 até 1936 (Figueroa, 1996). Ainda que se tratasse de relações mediadas por Portugal, o certo é que muitas obras de autores galegos, desde Rosalía a Cabanillas ou ao próprio Risco, foram difundidas através desta revista francesa. Esta relação literária fez de Lebesgue "o provedor da nossa literatura na França erudita", nas palavras de Risco.[7]

O referente externo mais importante para o nacionalismo galego, no qual também estava presente uma longínqua irmandade céltica, foi a Irlanda, o espelho que prendeu o olhar da maioria das nacionalidades europeias. A presença da questão irlandesa na Galiza tinha tido alguma importância no regionalismo galego finissecular, fazendo-se eco das lutas agrárias irlandesas que, por via do *Land Act* de 1881, transformaram a estrutura da propriedade da terra em favor dos colonos católicos (O'Brien 1994, 52). O muito invocado texto poético do regionalista Alfredo Brañas, apelando ao exemplo irlandês como modelo para os camponeses galegos ("*Ergue labrego, érguete e anda/ como en Irlanda, como en Irlanda*"), faz parte de uma conexão irlandesa que só mais tarde seria retomada pelas IF, depois de um compasso de espera de várias décadas.

6 *A Nosa Terra*, 10.09.1917.
7 *Nós*, 30.10.1920.

As notícias sobre a Irlanda em *A Nosa Terra* durante os anos 1916 a 1923 foram "uma crónica de ausências, paixão e silêncio" (Madriñán 2017, 201) e, também, de viragens inesperadas, mais devidas a conflitos internos do que a uma proximidade ideológica com as facções do nacionalismo irlandês. Ignorância ou alheamento de processos políticos que, em contrapartida, não se regista em contextos análogos, como na Catalunha, onde a questão irlandesa esteve muito presente na evolução do nacionalismo catalão – especialmente o *Easter Rising*, que teve "um impacto incalculável" (Ucelay 1984, 218) –, ou na Bretanha, onde alguns dos seus dirigentes (F. Debauvais) passaram noites de insónia naquela Páscoa de 1916, à espera de notícias da Irlanda, ou pintaram murais nalguma parede de Rennes (Carney 2016, 77 ss; Le Cloarec 2016, 60). No caso galego, não consta que Villar Ponte ou os seus amigos tenham feito tal coisa em alguma cidade galega, mesmo se "dispunham de um conhecimento suficiente dos últimos acontecimentos na Irlanda" publicados na imprensa galega (Madriñán, 2017, 202).

Todavia, o interesse do nacionalismo das IF pela evolução política da Irlanda foi forte a partir de 1920, no contexto da hegemonia política do *Sinn Fein*, dos conflitos em torno do Tratado de 1921 e da guerra civil posterior. Houve três aspectos da política irlandesa que cativaram de forma especial os nacionalistas galegos, porque de algum modo travavam as divisões internas que as IF estavam a viver e que se tornaram explícitas aquando da cisão da assembleia de Monforte de 1922: o debate sobre nacionalismo político ou cultural, que se encontra na polémica entre Peña Novo e Risco; o conflito entre "tratadistas" e "antitratadistas" ou, dito de outro modo, entre *Homerulers* de Redmond e separatistas do *Sinn Fein*; e, em terceiro lugar, os efeitos da violência política e a "mística sacrificial" que começou com os mortos da Páscoa, continuou com a morte do autarca de Cork, MacSwinney, e culminou com a guerra civil e os seus efeitos devastadores em tantas famílias.

Sem entrarmos nas peripécias depois vividas pela "geração revolucionária" irlandesa, importa dar nota da recepção e dos ecos que daquele processo chegaram à Galiza. Estes ecos irlandeses foram bastante tardios, porque nem a viragem ocorrida em 1916 com o *Easter Rising* nem a posterior eliminação, nas primeiras eleições do pós-guerra, do "nacionalismo constitucional" defendido pelo Partido Parlamentar Irlandês (*Irish Parlamentary Party*) por parte dos republicanos do *Sinn Fein* (73 deputados "fenianos" contra 6 deputados "redmondistas"), tiveram especial repercussão na Galiza. Ricardo Baeza, na série de artigos publicados em *El Sol* durante o ano de 1920/1921, mostra esta indiferença com uma irónica alusão aos filhos de Breogán, o mítico descobridor de Eirín: "Os galegos estão moralmente

obrigados a interessar-se pelo futuro da Irlanda, coisa que apesar das missas celebradas pelo finado presidente da câmara de Cork, tememos não terem feito o suficiente até ao presente" (Baeza 2010, 104).

Foi a partir de 1920 que as IF, uma vez já definidas como nacionalistas, começaram a prestar atenção à política irlandesa, radicalizada após a assinatura do Tratado de Versalhes e liderada pelos republicanos *sinnfeiners*. Ao longo dos anos 1920-1923, as publicações nacionalistas galegas (*A Nosa Terra* e *Nós*) traziam extensas notícias sobre assuntos irlandeses, quer sobre a sua literatura e história, quer sobre um episódio que alcançou um enorme eco na vida pública europeia: a greve de fome e posterior morte no cárcere do presidente da câmara de Cork, Terence MacSwinney, acontecida em Outubro de 1920, com um "surpreendente" apoio da igreja católica, que considerou aquele suicídio como um sacrifício patriótico: "Morrer pela Irlanda" (Baeza 2010, 172 ss; Foster 2015, 273 ss). Um ano mais tarde, a revista *Nós*[8] dedicou um número inteiro à memória do mártir irlandês, com apontamentos biográficos de Losada Diéguez, uma biografia escrita pela irmã de MacSwinney que Risco dizia "estar a traduzir do inglês" (Ventura 2010, 119) e alguns poemas de Cabanillas ou V. Taibo. Mas o principal contributo foi a tradução, que se deve a A. Villar Ponte, da obra de W. B. Yeats, *Cathleen ni Houlihan*, expressão literária, nas palavras do seu tradutor, "das lutas de um país irmão do nosso para se independentizar face a um imperialismo estranho" (Insua 2005, 196-97). A aposta da revista *Nós* era uma homenagem, após anos de indecisão sobre o caminho a seguir no enfoque a dar à revolução irlandesa, mas era também uma ocasião para promover a causa galega no exterior. Deste número da revista enviaram-se cem cópias à delegação irlandesa em Madrid, "para mandar para a Irlanda", e também se comprometeram a vender retratos do autarca de Cork para recolherem dinheiro com destino à "Cruz Branca irlandesa".

Esta posição da *Nós*, que em parte se afastava daquela mantida por *A Nosa Terra*, ligava-se claramente aos debates internos das IF que, no mês de Fevereiro de 1922, realizaram uma decisiva assembleia política que levou à cisão do movimento. A cisão poderia entender-se, *mutatis mutandis*, como uma versão galega da ruptura entre os partidários do Tratado, com os quais simpatizava o grupo da Irmandade corunhesa, e os republicanos dirigidos por De Valera, com os quais se sentia mais próximo o grupo *Nós*. A atenção dedicada pela revista à questão irlandesa era também o resultado de uma intensa comunicação, mesmo por via diplomática, com os representantes

8 Nº 8, Dezembro de 1921.

irlandeses em Madrid, nos quais actuou como eficaz intermediário o jovem Fermín Penzol (Cabrera 2016, 62 ss). Vicente Risco teve especial cuidado em manter sob o seu controlo as relações com a delegação irlandesa em Madrid, para evitar a intromissão dos defensores do "tratado nojento", informar sobre a situação política da Galiza ("mandei a O'Brien umas notas longas escritas em francês", disse Risco a Losada) e revalidar o apoio às posições de Eamon de Valera. Os ecos da Irlanda podiam ser ouvidos em código interno galego sem que, em sentido inverso, acontecesse algo análogo. Além desta descompensação, cumpre ter em conta um facto essencial: que as relações de "afinidade" (celtismo, opressão externa, emigração, etc.) não são suficientes para forjar uma aliança política, porque "só se pode configurar outra nação como semelhante depois de se proceder à definição da própria" (Madriñán 2010, 18).

O esforço feito pelas IF para colocar a questão do nacionalismo galego na agenda internacional foi meritório mas muito limitado, o que não retira valor à sentença de Risco segundo a qual "Nós, sem apoio de fora, nada poderemos nunca" (Ventura 2010, 94). A ligação exterior funcionou melhor através de contactos pessoais, como os mantidos com Teixeira de Pascoes ou Philèas Lebesgue, e menos em níveis institucionais, tirando a esporádica relação com os cataláes. A sua debilidade organizativa não lhes permitia chegar aos grandes foros europeus nos quais se debatiam as questões das nacionalidades ou das "minorias nacionais". Não havia meios materiais para o conseguir (sem figuras como o catalão Cambó ou o basco De la Sota) nem o enraizamento social do nacionalismo na Galiza era comparável aos casos do País Basco e da Catalunha e, menos ainda, ao da Irlanda. Esta projecção exterior do nacionalismo galego só conquistaria uma certa dimensão nos tempos da II República e, mais tarde, durante o exílio republicano, com actores provenientes das primeiras Irmandades, como Castelao.

4. Um balanço: apostas e bloqueios

Um balanço final sobre três aspectos-chave poderá servir de recapitulação destas páginas e também de reflexão comparada. Em primeiro lugar, é preciso avaliar em que medida há continuidade ou ruptura na "geração galega de 1916", em relação aos seus predecessores; em segundo lugar, as razões da hegemonia do nacionalismo cultural sobre o político que afasta o caso galego dos exemplos próximos do País Basco ou da Catalunha mas, sobretudo, da Irlanda; e, finalmente, é preciso responder à pergunta de Risco, formulada em 1930, sobre a não confluência daqueles que ele considerava serem os dois partidos claramente galegos, o Nacionalista ("em germinação")

e o Agrário ("malogrado"). Nesse nó cego se resumia o diagnóstico do problema político da Galiza, feito no *annus mirabilis* de 1930, por quem era o principal responsável teórico e organizativo do nacionalismo cultural galego.

Ruptura ou continuidade? O protagonismo das primeiras Irmandades deveu-se a um pequeno grupo de pessoas que formam a "geração de 1916" (Villar Ponte 1977). Os seus principais integrantes eram jovens, nascidos na década de oitenta (Porteiro, Viqueira, Villar Ponte, Castelao, Risco, Losada, Otero…) e noventa (Peña Novo, Casas...) do século XIX. Foi uma geração que se poderia equiparar, no seu perfil sociológico, às que protagonizaram outras viragens decisivas, como a "geração de 1901" na Catalunha, definida como tal por *Gaziel*, ou a geração espanhola de 1914, definida pela liderança de Ortega y Gasset. Também seria coetânea da geração irlandesa de 1916, protagonista da maior viragem daquele tempo na Europa ocidental como responsável de que "all changed, changed utterly", no poderoso verso de W. B. Yeats. O que marca todas estas gerações é terem partilhado experiências intensas, como uma guerra (1898, 1914) e proporem-se a reagir contra os seus predecessores, reacção que pode ser de intensidade muito desigual.

No caso da guerra europeia, a influência sobre a geração das Irmandades foi quase irrelevante, mas em contrapartida estavam plenamente conscientes de que deviam diferenciar-se em relação aos seus antepassados, ainda que com aspetos matizados. Alguns militantes consideravam-se "continuadores" dos "precursores" do Rexurdimento, enquanto outros, como os membros da *Nós*, não reconheciam um magistério anterior galego mas sentiam-se membros da corrente cultural europeia que ia do romantismo à "revolução conservadora" finissecular (Villares 2018, 179 ss). Em suma, a auto-representação dos protagonistas das IF estava mais próxima da ruptura do que da continuidade, pois, como diria A. Villar Ponte, graças ao trabalho político e cultural das IF, "os nossos filhos terão uma pátria".[9] A peculiaridade do caso galego está na debilidade organizativa e mobilizadora do regionalismo finissecular que, ao invés da Catalunha ou da Irlanda, não conseguiu interligar mobilização social, acção política e reconstrução cultural (Riquer 2001, 185 ss; Foster 2015, xv).

Um nacionalismo com "duas almas", cultural e política? Certamente que nas apostas estratégicas das IF se pode entrever a existência desde 1918 dessas "duas almas", tão frequentes nos partidos nacionalistas contemporâneos. Inicialmente, entrevê-se uma tendência para a acção política e a intervenção nos processos eleitorais, defendida sobretudo por um sector

9 *A Nosa Terra*, 30.05.1918.

da Irmandade corunhesa, que se ligava à experiência catalã da *Lliga* e, de outro modo, com a experiência irlandesa da luta parlamentar a favor do *Home Rule* por parte do *Irish Parlamentary Party*. Eram aqueles a quem Risco chamaria desdenhosamente os "redmondistas" galegos. Esta aposta pela via política saiu perdedora da assembleia de Monforte (1922), como se percebeu bem no debate posterior sobre uma "disparidade fundamental": se o nacionalismo é um "problema de cultura" (Risco) ou um "problema de liberdades" (Peña Novo). Para V. Risco era prioritário "fazer um povo" e criar "uma forte consciência nacional que nos singularize totalmente", renegando o exercício da política no quadro do regime liberal oligárquico da Restauração. Dizendo-o com as palavras algo altissonantes de A. Villar Ponte, tratar-se-ia de uma divergência entre os partidários da "vitória do ideal" e os que preferiam o "ideal da vitória".[10] Para Peña Novo, o que era prioritário era resolver "todas as tragédias da nossa cidadania irredenta". Neste debate percebem-se claramente os ecos de disputas análogas na Catalunha ou na Irlanda, mas com a diferença de que, sobretudo no caso irlandês, a vitória do ideal não estava separada da luta política e mesmo bélica contra o império britânico. A convergência destas duas almas do nacionalismo galego será a tarefa fundamental que levará a cabo uma nova geração política que desemboca no Partido Galeguista, fundado em Dezembro de 1931.

Nacionalismo e agrarismo? Esta aposta remete para o problema tardiamente verbalizado por Vicente Risco, relativo aos caminhos que poderiam seguir no futuro – o que mostra que não o fizeram no passado – os dois partidos que, na sua perspectiva, poderiam denominar-se claramente como galegos, o Agrário e o Nacionalista: "Se o Agrário é um partido galego malogrado, o Nacionalista é um partido galego em germinação. Da integração de ambos deverá formar-se um dia – se os lavradores galegos chegarem a despertar e a dar-se conta dos seus verdadeiros interesses – a força política que defenda os da região"(Risco 1930, 212). Dos desejos de Risco e de uma possível história contrafactual não iremos tratar aqui. O relevante é analisar por que é que essa integração não teve lugar nos anos fundacionais das Irmandades e que bloqueios produziu essa ausência de entendimento entre um poderoso movimento agrarista e o nascente movimento nacionalista. Também neste caso, o espelho irlandês pode ajudar a entender o caso galego, no qual se podem encontrar algumas semelhanças mútuas: uma luta pela terra dos colonos católicos contra os grandes terratenentes protestantes e uma intensa *proprietarização* camponesa que foi acompanhada de um grande movimento

10 *A Nosa Terra*, 15.07.1921.

de êxodo rural. Mas o que fica evidente é que os ritmos e os resultados de ambos os processos foram muito diferentes.

No caso da Irlanda, a "guerra pela terra" favoreceu não só uma intensa mobilização social, mas também a penetração do nacionalismo no mundo rural, ao dar-se uma substituição do Partido Liberal inglês pelo Partido Parlamentar irlandês, a partir das eleições de 1885. Foi o princípio de uma luta política pelo *Home Rule* que chegou até às vésperas da Grande Guerra, quando uma segunda viragem abriu caminho à hegemonia dos "fenianos" e, portanto, à luta pela independência face ao Reino Unido. As analogias do caso galego com este panorama são apenas formais. Existe na Galiza, desde a crise finissecular, um "mal-estar agrário" que provoca o surgimento das primeiras organizações agraristas (57 "mutuas gandeiras" e "sociedades de agricultores" fundadas até 1900), mas não se dá a conexão entre agrarismo e acção política parlamentar, apesar das tentativas de figuras como Portela Valladares (eleito em 1905 como deputado liberal num distrito "agrário") ou do sacerdote Basilio Alvarez, promotor das mais importantes organizações agraristas desde 1907 (*Acción Gallega*, 1912, e *Confederación Regional de Agricultores Gallegos*, 1922).

A retórica regeneracionista dos dirigentes agraristas e o peso exercido pelo reformismo técnico da agricultura galega, patente nas *Asambleas Agrarias* de Monforte, manteve o agrarismo não só longe do regionalismo galego mas também do liberalismo espanhol. A etapa mais madura e intensa do agrarismo galego foi a dos anos 1918-1923, quando se regista tanto uma intensa rede associativa, com cerca de mil organizações (sindicatos, sociedades, ligas...), que representam 15% de toda a Espanha, como também uma intensa capacidade mobilizadora com o não pagamento de rendas forais e a luta pela supressão dos foros, por via abolicionista ou redencionista (Cabo 1998; Dominguez 2005). Apesar desta coincidência temporal, são poucos os contactos entre agrarismo e nacionalismo, de modo que não houve lugar a uma permeabilidade entre ambos os movimentos, nem o agrarismo conseguiu erodir a fortaleza eleitoral dos grandes partidos dinásticos (Conservador e Liberal). Mas o que é mais surpreendente é comprovar que o programa agrário das IF ficou tão amarrado a questões como o livre-cambismo e a "livre importação de milho", que se esqueceu de enfrentar a questão central, que era a reforma da propriedade da terra e a integração da pequena lavoura no mercado, aspectos em que as organizações agraristas foram especialmente eficazes (Cabo 2017).

Foram, pois, divergentes os caminhos seguidos por nacionalistas e agraristas galegos. O nacionalismo perdeu a capacidade mobilizadora da população rural que o agrarismo possuía, assim como a liderança exercida no

âmbito local por emigrantes "retornados", que os nacionalistas desprezavam. Também se viu privado do apoio da Igreja que, pelo contrário, era muito forte em relação ao agrarismo, em que controlava centenas de sindicatos católicos (Martinez 1995). E, finalmente, uma ausência muito evidente no campo do nacionalismo: a "mística sacrificial" e a capacidade de sofrimento, que tão relevantes foram no caso irlandês e que só de forma episódica se encontraram no agrarismo galego. De facto, alguns conflitos sociais agrários acabaram com mortes: cinco camponeses em Nebra (1916), três em Guillarei (1922) e outros que, em geral, eram resultado não tanto de uma forma de "protesto primitivo" mas sim de uma acção colectiva consciente. Estes acontecimentos não produziram "viúvas de heróis" como em Dublin, mas incentivaram a militância agrarista que acabaria por confluir com o republicanismo nas eleições municipais de 1931, uma antecâmara da II República. Em comparação com o recurso explícito à violência que se verificou na Irlanda, desde o *Easter Rising* até à guerra com Inglaterra, os incentivos de que dispôs o nacionalismo galego foram fracos, tanto para ampliar a militância do movimento como para identificar um sacrifício pessoal com a "vitória do ideal". Se "morrer pela Irlanda", como se propuseram os "heróis da Páscoa", T. MacSwinney e tantos outros, era uma aposta explícita por esse ideal, nada análogo se pode encontrar no movimento das Irmandades da Fala. Os poucos exemplos de violência política daquela época, na Galiza, estão no campo do agrarismo.

Como conclusão geral, há que dizer que o caminho feito pelas IF foi qualitativamente decisivo. Reagiram contra os seus antecessores e estavam conscientes de que faziam parte de uma nova geração, assim como apostavam em criar uma consciência nacional que permitisse garantir a "vitória do ideal". Mas também desprezavam o exercício da política, por convicção ou por impossibilidade, o que amputou qualquer possibilidade de converter a causa do nacionalismo galego num problema político dentro e fora da Galiza. Ter seguido caminhos não convergentes com o agrarismo galego foi, sem dúvida, a principal limitação desta fase das Irmandades da Fala. Se a acção da Páscoa de 1916 foi cantada por W. Yeats como a ocasião em que "a terrible beauty is born", o principal poeta galego da altura, Ramón Cabanillas, utilizou os seus melhores dotes poéticos para cantar agrarismo e nacionalismo. Mas enquanto no seu poema ¡*En* pé! (1917), os irmãos galeguistas são convidados a actuar "em redor da bandeira azul e branca, em redor da bandeira da Galiza", no seu poema dedicado aos mortos de Guillarei ou no hino composto para a *Acción Gallega* de Basilio Alvarez (1915), a incitação à violência é muito mais directa. Também na poesia o agrarismo vence o nacionalismo.

Agradecimentos

Este estudo teve apoio do Grupo de Investigação HISTAGRA, da Universidade de Santiago de Compostela. Na sua primeira versão, foi apresentado no congresso internacional "O contexto internacional das Irmandades da Fala. As nacionalidades na Europa de entreguerras: De Imperios a nacións" (Consello da Cultura Galega, 6 e 7 de Outubro de 2016).

Referências

Agra, Maria Xosé; Mariño, Marian (2017). "A Fraternidade nas Irmandades da Fala 1916-1922", in J. Beramendi *et al* (eds), *Repensar Galicia. As Irmandades da Fala*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia e Museo do Pobo Galego, pp. 87-104.

Allegue, Alberto (2017). "As Irmandades da Fala e a Liga Gaélica. Puntos en común e diverxencias de dúas iniciativas a prol da lingua minorizada", in J. Beramendi *et al* (eds). *Repensar Galicia. As Irmandades da Fala*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia e Museo do Pobo Galego, pp. 359-374.

Baeza, Ricardo (2010). *Las islas de los santos. Itinerario en Irlanda* [1930]. Tarragona: Igitur.

Beramendi, Justo (2007). *De provincia a nación. Historia do galeguismo político*. Vigo: Edicións Xerais.

Cabo, Miguel (1998). *O Agrarismo*. Vigo: Edicións A Nosa Terra.

Cabo, Miguel (2006). "Solidaridad Gallega y el desafío al sistema de la Restauración, 1907-1911". *Ayer*, 64, pp. 235-269.

Cabo, Miguel (2017). "As Irmandades da Fala perante o agrarismo: expectativas e realidades", in J. Beramendi *et al* (eds). *Repensar Galicia. As Irmandades da Fala*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia e Museo do Pobo Galego, pp. 235-249.

Cabrera, Dolores (2016). "Saúde e Patria. Cartas de Victor Casas a Fermín Penzol". *Grial*, 212, pp. 55-65.

Cameirão, Lurdes (2010). *Epistolário espanhol de Teixeira de Pascoaes (Cartas de intelectuais espanhóis a Teixeira de Pascoaes)*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Carmona, Xoán; Nadal, Jordi (2005). *El empeño industrial de Galicia. 250 años de historia, 1750-2000*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.

Carney, Sébastien (2015). *Breiz Ataoi Mordrel, Delaporte, Lainé, Fouéré: une mystique nationale (1901-1948)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.

Dominguez, Luis (2005). "Agrarismo y sociedad campesina en Galicia", in J. de Juana, J. Prada, *Historia contemporánea de Galicia*. Barcelona: Ariel, pp. 461-492.

Estévez, Xosé (1991). *De la Triple Alianza al Pacto de San Sebastián (1923-1930). Antecedentes del Galeuzca*. San Sebastián: Universidad de Deusto.

Figueroa, Antón (1996). *Lecturas alleas. Sobre das relación con outras literaturas*. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco.

Flores de Lemus, Antonio (1926). "Sobre una dirección fundamental de la producción rural española". *El Financiero* [reed. in *Hacienda Pública Española*, 1976, pp. 42-43].

Foster, Robert Fitzroy (2015). *Vivid Faces. The Revolucionary Generation in Ireland 1890-1923*. London: Penguin Random House.

Gallastegui Unamuno, Cruz (1931). "Esbozo de programa agrario para Galicia. Conferencia pronunciada en Vigo el 3 de diciembre de 1930". Pontevedra: Imp. Celestino Peón [reed. in *Revista Galega de Estudos Agrarios*, 1979, pp. 229-246].

Jiménez Blanco, Ignacio (1986). "Flores de Lemus y la producción rural de su tiempo", in J. L. Garcia Delgado (ed), *La crisis de la Restauración. España, entre la primera guerra mundial y la II República*. Madrid: Siglo XXI, pp. 253-270.

Insua, Emilio Xosé (2005). *Sobre O Mariscal, de Cabanillas e Villar Ponte*. A Coruña: Universidade da Coruña.

Le Cloarec, Bernard (2016). "*Breiz Atao* e il rinnovamento dal nazionalismo bretone nel primo dopoguerra". *Nazioni & Regioni*, 8, pp. 51-66.

López-Cuevillas, Florentino (1920). "Dos nosos tempos". *Nós*, 1.
Madriñán, Xavier R. (2010). *A nacionalización do pasado irlandés, 1845-1937*. Santiago de Compostela: Centro Ramón Piñeiro.
Madriñán, Xavier R. (2017). "A revolución irlandesa en *A Nosa Terra*: Unha crónica de ausencias, paixón e silencio", in J. Beramendi *et al* (eds), *Repensar Galicia. As Irmandades da Fala*, Santiago de Compostela: Xunta de Galicia e Museo do Pobo Galego, pp. 201-216.
Máiz, Ramón (1984). *O rexionalismo galego. Organización e ideoloxía, 1886-1907*. Sada: Ediciós do Castro.
Martínez, Alberte (1995). *Cooperativismo y transformaciones agrarias en Galicia, 1886-1943*. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación.
Núñez Seixas, X. Manuel (1998). *Emigrantes, caciques e indianos*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia.
Núñez Seixas, X. Manuel (2001). *Entre Ginebra y Berlín. La cuestión de las minorías nacionales y la política internacional en Europa, 1914-1939*. Madrid: Akal.
Núñez Seixas, X. Manuel (2010). *Internacionalitzant el nacionalisme. El catalanisme política i la qüestió de les minories nacionals a Europa (1914-1936).* Catarroja: Afers.
O'Brien, Connor Cruise (1994). *Ancestral Voices. Religion and Nationalism in Ireland*. Chicago: University Chicago Press.
O'Brien, Connor Cruise (1999). *Memoir. My life and themes*. London: Profile Books.
Paseta, Senia (1999). *Before the Revolution. Nationalism, Social Change and Ireland's Catholic Élite, 1879-1922*. Cork: Cork University Press.
Riquer i Permanyer, Borja (2001). *Escolta Espanya. La cuestión catalana en la época liberal*. Madrid: Marcial Pons Historia.
Riquer i Permanyer, Borja (2013). *Alfonso XIII y Cambó. La monarquía y el nacionalismo político*. Barcelona: RBA.
Risco, Vicente (1994). *El problema político de Galicia*, in *Obras Completas*, vol. 4 [1930]. Vigo: Galaxia.
Seixas Seoane, Miguel Anxo (2016). *Luís Porteiro Garea e As Irmandades da Fala*. Concello de Santiago.
Serrano Sanz, José Maria (1987). *El viraje proteccionista de la Restauración. La política comercial española, 1875-1895*. Madrid: Siglo XXI.
Thiesse, Anne-Marie (1999). *La création des identités nationales. Europe XVIII-XX siècle*. Paris: Seuil.
Ucelay da Cal, Enrique (1984). "El Mirall de Catalunya": models internacionals en el desenvolupament del nacionalisme i del separatisme català, 1875-1923". *Historia Social*, 28-29, pp. 213-219.
Vázquez, Alexandre (2015). *Emigrantes galegos, transportes e remesas*. A Coruña: Fundación Barrié de la Maza e Consello da Cultura Galega.
Ventura, Joaquim (2010). *Epistolario de Vicente Risco a Antón Losada Diéguez*. Ourense: Deputación Provincial.
Villar Ponte, Antón (1916). *Nacionalismo gallego. Nuestra "afirmación" regional. Apuntes para un libro*. A Coruña: Tipografía Obrera.
Villar Ponte, Antón (1971). *Pensamento e Sementeira, Leiciós de patriotismo galego*. Buenos Aires: Ediciones Galicia.
Villar Ponte, Ramón (1977). *A xeración do 16* [Discurso lido en 1951]. A Coruña: Real Academia Galega.
Villares, Ramón (1982). *La propiedad de la tierra en Galicia, 1500-1936*. Madrid: Siglo XXI Editores.
Villares, Ramón (2005). "Restauración y Dictadura en Galicia (1874-1930)", in J. de Juana, J. Prada, *Historia contemporánea de Galicia*. Barcelona: Ariel, pp. 203-228.
Villares, Ramón (2017). *Identidades e afectos patrios*. Vigo: Galaxia.
Villares, Ramón (2018). *Fuga e retorno de Adrián Solovio. Sobre a educación sentimental dun intelectual galeguista*. Vigo: Galaxia. [1ª ed, Trasalba: Fundación Otero Pedrayo].

GALICIAN NATIONALISM IN THE CONTEXT OF THE GREAT WAR: REINSTATE GALICIAN VALUES AND INTERNATIONALIZE

The article analyses the creation of the *Irmandades da Fala* (Language Brotherhoods) between 1916 and 1923, as the first organization of modern Galician nationalism, in an Iberian and European context. Their goals were to reinstate Galician values and build a project of "integral autonomy" for Galicia, similar to the national sub-state projects in Catalonia and the Basque Country. Besides that, the *Irmandades da Fala* intended to give an international dimension to the Galician national question by establishing connections with Portugal and Ireland, which was, at that time, the mirror of European nationalities.

Keywords: language brotherhoods, nationalism, agrarianism, Galicia, Portugal, Ireland.

LE NATIONALISME GALICIEN DANS LE CONTEXTE DE LA GRANDE GUERRE : «REGALICIANISER» ET INTERNATIONALISER

Cet article analyse l'éclosion des Irmandades da Fala, entre 1916 et 1923, en tant que première organisation du nationalisme galicien moderne, dans une perspective ibérique et européenne. Les Irmandades avaient pour objectif de «regalicianiser» la Galice et de construire un projet d'«autonomie intégrale» pour la Galice, de façon analogue aux projets nationaux sous-étatiques de la Catalogne et du Pays basque espagnol. En outre, les Irmandades tentèrent de donner à la question nationale galicienne une dimension internationale, en nouant des liens avec le Portugal et l'Irlande, miroir des nationalités européennes à l'époque.

Mots-clés: Irmandades da Fala, nationalisme, mouvement agrarien, Galice, Portugal, Irlande.